



QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS: A HOMOSSEXUALIDADE E OS NOVOS SUJEITOS COMO DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

SANDRA REGINA DE SOUZA MARCELINO¹

1. Introdução

*Eles se amaram de qualquer maneira, Vera....
Qualquer maneira de amor vale à pena,
Qualquer maneira de amor vale amar...
(Paula e Bebeto -1975)²*

As diferentes formas de expressão da sexualidade fizeram e ainda fazem parte de muitas discussões que envolvem vários setores da sociedade. A partir da década de 1990, as expressões sexuais conquistaram um espaço através da luta de homossexuais, o que já vinha aos poucos acontecendo desde o final da década de 70 e no decorrer dos anos 80.

As expressões sexuais são vistas por alguns segmentos da sociedade (igrejas, grupos e profissionais conservadores) como patologia, desvio ou perversão. Há por outro lado, uma busca de novos aparatos teóricos que, em diferentes áreas do saber ajudam a compreender as mudanças sociais.³ Haja vista que, há bem pouco tempo a patologização da homossexualidade permeou o campo da saúde e da ciência como desvio ou distúrbio.

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina e, em 1994, a Organização Mundial de Saúde excluíram definitivamente da classificação internacional de doenças (CID) o código 302, que tratava a homossexualidade como transtorno sexual. O Conselho Federal de Psicologia em 1999 aprovou a resolução 0001/99 que pune qualquer profissional que trabalhe com a ideia de cura da homossexualidade e tendências coercitivas para orientar homossexuais a tratamentos.

As dificuldades de acesso da população GLBT em diversos espaços e serviços públicos ainda é um entrave. A transexualidade, por exemplo, ainda é diagnosticada como um distúrbio.

¹ Mestranda em Serviço Social pela PUC-Rio.

² LP "Minas", 1975 de Milton Nascimento. Letra e música de: Milton Nascimento & Caetano Veloso.

³ Revista *Mente e Cérebro*. **As novas sexualidades**. Ano XV, nº 185, p.44



Segundo Rejane Ribeiro – representante da Rede Nacional de Negros e Negras GLBTT – há ainda uma fragilidade dos profissionais de diversos segmentos em trabalhar com a público homossexual, sendo necessário uma capacitação destes, a fim de melhor atender essa nova demanda.

O Serviço Social enquanto profissão traz no seu projeto ético-político o comprometimento com as transformações sociais e suas novas demandas. Essa discussão do projeto ganha corpo na metade dos anos 90 do século XX. Sua vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe.⁴ Quanto ao seu compromisso, o projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Os interesses de determinados grupos sociais discriminados e oprimidos são também interesses dos assistentes sociais, pois seu fazer profissional o agravamento da questão social é uma preocupação constante.

Num país como o Brasil, onde imperam níveis assustadores de pobreza, miserabilidade e desigualdades expressas nas diversas formas, o projeto ético-político, instrumento que se consolida no Código de Ética Profissional, reafirma o compromisso com a democracia, a liberdade e a justiça social⁵.

A visibilidade e expressão da homossexualidade trazem para o novo milênio uma reconfiguração da sociedade e aspectos que implicam nos princípios e agir profissional. Em outras épocas quando a homossexualidade era velada e punida, essas questões embora presentes no âmbito do serviço social, não o confrontavam pelo fato da sexualidade não ser um assunto público. As necessidades e direitos básicos a ele relacionados se tornavam opacos.

Durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2006 foi aprovada a campanha pela livre orientação e expressão sexual, cujo lema é “*O amor fala todas as línguas – Assistente Social na luta contra o preconceito*”. Essa iniciativa foi uma ação política concreta que trouxe para dentro do Serviço Social a discussão da homofobia/lesbofobia caracterizada não somente pelas práticas de violência ocorrida com esse público, mas também a negação de direitos e a violação da dignidade humana desses sujeitos.

⁴ **Assistente Social: ética e direitos.** Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª edição. CRESS 7ª R – RJ. 06/2006.

⁵ *Ibidem*, p.13



A campanha trouxe muitos questionamentos e foi recebida com resistências por parte de alguns profissionais. A Assistente Social e Conselheira do CFESS (gestão 2005-2008), Silvana Mara de Moraes dos Santos⁶ num dos seus artigos faz uma reflexão sobre a importância de trazer à tona uma questão social:

Nas últimas décadas do século XX, a partir das reivindicações, dentre outros, dos movimentos feministas e GLBT (Gay, lésbico, Bissexual e Transgênero), a sexualidade humana assume visibilidade na agenda política ao ser pensada além da sua dimensão estritamente biológica. Movimentos sociais e vários analistas trouxeram, para o debate, questões que transitavam em torno do reconhecimento das identidades sexuais, dos direitos reprodutivos e, mais recentemente, dos direitos sexuais. Essas formulações confrontaram o modo dominante de pensar a sexualidade humana fundado na definição e imposição da heterossexualidade como norma (Heteronormatividade).

Pensar numa ação que promova uma articulação com os movimentos sociais, especificamente, com o homossexual, significa pensar na contradição da sociedade que constrói uma sexualidade hegemônica que descaracteriza qualquer outra forma de afetividade que não seja a heterossexual e reforça rejeições, principalmente, familiares, discriminações nos diversos espaços sociais e massifica um grupo caracterizado como “minorias” a se manter nos esconderijos sem voz nem vez.

No Brasil, observa-se o segmento LGBT excluído do circuito dos direitos em várias dimensões, tais como, familiar, social, civil. Apesar de algumas conquistas no âmbito da legislação estadual, municipal e do judiciário em alguns Estados, essa realidade ainda não é plena, sendo possível identificar a distância de cidadania existente entre heterossexuais e homossexuais. Tais desafios e enfrentamentos hoje vividos por homossexuais fazem parte do atual cenário da sociedade e com isso, implica numa limitação das leis através do não reconhecimento jurídico positivo do Estado. Alguns desses fatores se expressam como questões contemporâneas para o Serviço Social.

2- Questões contemporâneas para o Serviço Social

O Serviço Social tem na questão social a gênese da sua fundação e do seu fazer especializado, compreendendo questão social como “*o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade*” e que sendo desigualdade, acaba por afirmar diferenças, envolvendo tais sujeitos que vivenciam desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse

⁶ http://www.cresspe.org.br/download/Texto_Silvana2007.doc.



terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Reconhecemos que a cada década a sociedade vem se reconfigurando, sejam nas expressões econômicas, sociais, culturais, políticas ou sexuais e é através dessas transformações que o serviço social se encontra no desafio de reconhecer as novas emergências surgidas e construir um debate efetivo em torno delas. A partir dos anos de 1990, novos atores passaram a ter visibilidade no tecido social: os homossexuais.

As Paradas do Orgulho Gay colocaram em cena as questões pertinentes a esse grupo, questões específicas relacionadas aos direitos humanos, tais como: a liberdade de expressão/orientação sexual, reconhecimento de união civil, criminalização da homofobia. Nesse contexto, o fazer do assistente social até então voltado para as intervenções na sociedade de orientação heterossexual se depara com demandas atuais que abarcam as mesmas questões de outrora, porém dialogando agora com as múltiplas sexualidades⁷.

Decifrar as múltiplas expressões da questão social e as novas características que assumem a contemporaneidade coloca em pauta o que Telles (2006:178) chama de difícil e polêmico problema da igualdade e justiça em uma sociedade dividida e fraturada:

(...) Hoje em dia mais do que nunca revigorado, será importante reativar o sentido político inscrito nos direitos sociais. Sentido político ancorado na temporalidade própria dos conflitos pelos quais as diferenças de classe, de gênero, etnia, raça ou origem se metamorfoseiam nas figuras políticas da alteridade – sujeitos que se fazem ver e reconhecer nos direitos reivindicados, se pronunciam sobre o justo e o injusto e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência como questões pertinentes à vida em sociedade”⁸

Articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social⁹. Para alguns profissionais e para os acadêmicos do Serviço Social, as questões pertinentes à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) são desconhecidas ou pouco compreendidas, isso se dá talvez, pelo fato de que diversidade sexual ainda não faz parte dos discursos acadêmicos e poucas são as universidades que incluem essa temática na formação dos

⁷ A sexualidade humana não é só genética, hormonal e genital, é também cultural, por isso utilizo o termo “sexualidades” no plural compreendendo-a como algo inacabado, em constante transformação e múltiplas expressões.

⁸ TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª reimpressão, 2006.

⁹ IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.



profissionais. Essa relação ao trabalho e as demandas como reflexo da realidade, reconfigura a ação particular de cada profissional e suas relações. Nessas reconfigurações que as estratégias e intervenções traçam novos caminhos para o Serviço Social.

O Serviço Social através dos seus órgãos competentes (CFESS/CRESS) preocupado com as barbáries cometidas com a população homossexual como consequência de intolerância social, apoia as reivindicações e lutas pelo direito que todos têm de decidir sobre sua afetividade e sexualidade.

A intolerância hoje ocupa um espaço de justificativa às práticas homofóbicas. Essas práticas não pertencem apenas a outros grupos, é um desafio atual para a profissão aproximar o assistente social de ações que também não reforcem tais preconceitos. A resolução do CFESS¹⁰ estabeleceu normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Tendo presente em nossa atualidade a transparência da intolerância e da negação, reconhecer o outro na sua subjetividade e diferenças reflete em nossa sociedade e muitas vezes no nosso agir profissional, preconceitos que impedem viabilizar o acesso de direitos.

Sendo a sexualidade humana dimensão relevante na constituição da individualidade, qualquer tentativa de obstaculizar a vivência afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo, práticas preconceituosas, desrespeito às diferenças, configuram-se concretamente violação dos direitos humanos. Em nossa realidade, podemos afirmar que esta violação se expressa na homofobia e na lesbofobia, que se estruturam como práticas sócio-culturais e ideológicas profundamente enraizadas e legitimadas na sociabilidade vigente¹¹.

Ao referir sobre essa realidade, a qual implica a nossa intervenção, a promoção da cidadania e a aquisição dos direitos precisam ainda nestes novos tempos de mudanças imediatas, onde a sexualidade não seja determinante.

¹⁰ Resolução do CFESS nº 489/2006 de 03 de junho de 2006.

¹¹ MESQUITA, Marylucia. **Orientação sexual: experiência privada, opressão privada e pública** - um desafio para os direitos humanos IN CDrom 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS): “Trabalho, Direitos e Democracia – Assistentes Sociais contra a Desigualdade”. UERJ, 2001



3- Um espaço, uma população e uma prática profissional

Em 2004 foi fundado um Grupo de Cidadania LGBT em Niterói. Ele nasceu a partir das discussões de um grupo de jovens universitários da cidade a cerca do Movimento LGBT¹² e de uma situação de violência ocorrida no município que envolveu agressão e descaso policial. A ideia começou a ganhar força em meados de 2003, depois das Paradas do Orgulho GLBT de São Paulo e Rio de Janeiro e da grande participação de niteroienses nestes eventos. Por outro lado, percebia-se a total apatia da cidade tanto na questão da luta política, quanto na questão de entretenimento mais específico para o público homossexual.

No ano de 2007, um jovem estudante de 19 anos ao sair de uma Boate GLS em Niterói com um grupo de amigos foi espancado. Segundo informações, os agressores faziam parte de um grupo neonazista que atua no município. O jovem foi agredido com vários socos e pontapés. Esse ato violento deixou-o internado por quatro dias. O Presidente do GDN na época, acompanhou o caso e a Instituição deu assessoria ao jovem e sua mãe, com o apoio jurídico e psicológico. O advogado do Grupo orientou-o para que na época fosse feito o retrato falado dos agressores. A vítima decidiu não levar o caso adiante e mudou-se para outro Estado¹³. Casos como esse é apenas uma ponta do iceberg do preconceito que existe. Niterói foi e ainda é palco de muitas práticas violentas como resposta à homofobia¹⁴.

Outros dados significativos que constatarem esse tipo de violência na cidade, são adquiridos através das próprias denúncias que o Grupo recebe, agindo como um Centro de Referência apesar de não oficial. Nos anos de 2005 a 2007, foram registradas várias agressões e ameaças físicas, verbais, psicológicas e jurídicas; discriminação institucional; homofobia via internet (Orkut); omissão de direitos. Os agressores vêm de diversos segmentos da sociedade, tais como: comércio, câmara dos vereadores, universidades, polícia militar, religiosos, psicólogos, direção da Marinha do Brasil e família. As vítimas que denunciam em Niterói na sua maioria são gays. No caso das lésbicas, talvez o imaginário social remeta uma “aceitação” pelo fato de ser comum mulheres andando de mãos dadas ou abraçadas e não colocarem em prova a masculinidade. Por outro lado, a invisibilidade

¹² A nomenclatura GLBT utilizada pelos movimentos sociais e pelo governo foi mudada para LGBT em 07 de junho de 2008, na Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais para dar mais significado as reivindicações das mulheres lésbicas.

¹³ Segundo Cláudio Nascimento da Superintendência de direitos individuais e coletivos da Secretaria Estadual de Assistência e Direitos Humanos, 80% dos agredidos não denunciam, com medo de, ao expor sua sexualidade, sofrer represália ou preconceito. Fonte: Jornal Extra de 07/12/2007, p.3.

¹⁴ Palavra inicialmente empregada pelo psicólogo Joahn Smith na década de 70. Hoje diz respeito a qualquer sentimento de ódio, repulsa, aversão, descrédito ou desprezo à pessoa homossexual ou a tudo que faça referência à homossexualidade.



pode reforçar um preconceito mais agressivo; no caso das travestis, elas são frequentemente agredidas e essa violência não se torna público. Segundo estudos realizados pelo Grupo Gay da Bahia, o levantamento de 2007 aponta que, no país, o risco de uma travesti ser morta é 259 vezes maior do que um gay¹⁵. Esses dois grupos: lésbicas e travestis ainda encontram muitas dificuldades para denunciar as violências sofridas.

O Serviço Social no Grupo desenvolveu seu trabalho a partir dos princípios fundamentais da profissão, promovendo o exercício da cidadania através de suas ações no âmbito da saúde, direitos humanos, educação e implementação de políticas públicas. O público-alvo atendido pelo Serviço Social era formado por homossexuais (masculinos e femininos), transexuais, heterossexuais e bissexuais. Neste trabalho de intervenção no Grupo, a Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual (CFESS/CRESS) veio como instrumento fundamental para fomentar a necessidade de ter mais espaços que dialogassem a respeito das diferentes práticas sexuais; de ter profissionais sensíveis à causa e preparados para lidar com essas novas demandas; introduzir na formação acadêmica do estudante de Serviço Social a diversidade sexual como uma expressão da questão social que não está relacionada exclusivamente à DST's (doenças sexualmente transmissíveis) e prevenção, mas tratar a sexualidade como parte do contexto humano com implicações nas relações sociais e suas diversas vertentes.

Refletindo sobre a práxis do Serviço Social no Grupo e a intervenção juntamente aos atores envolvidos, encontramos em Freire (1979:20) a seguinte reflexão:

“Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens”.¹⁶

A luta por direitos iguais numa sociedade que se alimenta das desigualdades e estigmatiza “o outro” pelas diferenças, é o desafio que atravessa as inúmeras demandas do cotidiano dos assistentes sociais.

Bibliografia

ASSISTENTE SOCIAL: *Ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª edição. CRESS 7ª R – RJ. 06/2006.

¹⁵ Jornal Brasil de Fato de 29 de maio a 4 de junho de 2008, p. 8, ano 6, nº 274.

¹⁶ FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins, 1979.



BRASIL, *Conselho Nacional de Combate à Discriminação*. Ministério da Saúde. Brasil sem Homofobia. Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CADERNOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: *Diversidade Sexual, Combate ao Preconceito e à Discriminação*. Volume 13, SMAS, Rio de Janeiro, junho de 2008.

DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª Ed. 2004.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins, 1979

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. Artigo publicado nos CADERNOS DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA ASSISTENTES SOCIAIS, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: *O trabalho do assistente social e as políticas sociais* CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JORNAL BRASIL DE FATO de 29 de maio a 4 de junho de 2008, p. 8, ano 6, nº 274.

JORNAL EXTRA de 07 de dezembro de 2007, p. 7, 2ª edição.

LP “*Minas*”, 1975 de Milton Nascimento. Emi-Odeon. Letra e música de: Milton Nascimento & Caetano Veloso.

PRATA, M. R. *O Serviço Social e o Trabalho junto aos Homossexuais, Travestis e Transgêneros no Grupo Cidadania Gay e Conscientização Homossexual*. 2005. Trabalho (Graduação) – Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

REVISTA MENTE E CÉREBRO. *As novas sexualidades*. Ano XV, nº 185, junho de 2008, p. 44

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. *Assistente Social na luta contra o preconceito: Campanha pela livre orientação e expressão sexual*. Disponível em: <http://www.cresspe.org.br/download/Texto_Silvana2007.doc>. Acesso em: 12 de julho de 2008.



TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª reimpressão, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *Serviço Social e prática reflexiva*. Revista da faculdade de Serviço Social da UERJ. Nº 10, julho/1997, pags. 131-181.